

RELATÓRIO DO PERFIL DAS CANDIDATURAS TRANS EM 2026



ANTRA
Associação Nacional de
Travestis e Transexuais

POSICIONAMENTO INSTITUCIONAL E DIRETRIZES POLÍTICAS

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) segue incentivando e fortalecendo as candidaturas trans em todo o território nacional. Atuamos de forma apartidária, contudo compreendemos a complexidade e as assimetrias do jogo político. Acima de qualquer sigla, o nosso partido são as pessoas trans e a garantia de suas vidas e direitos.

No cenário atual, enfrentamos um recrudescimento global e nacional de agendas geopolíticas antitrans e neoconservadoras. Esse movimento tem se traduzido em uma ofensiva articulada dentro dos Poderes Legislativo e Judiciário, resultando no avanço de projetos de lei abertamente transfóbicos, na proliferação de proibições, em restrições ao acesso à saúde e na tentativa de reverter conquistas históricas da nossa população no Brasil e no mundo.

Frente a este ambiente de perseguição sistemática, recuos e ataques institucionais e escalada da violência política de gênero — vivida de forma desproporcional por nossas candidatas e parlamentares, nossa resposta tem sido direta: a disputa política e a ocupação dos espaços que historicamente foram utilizados para nos perseguir e silenciar. A presença trans e travesti na política institucional não é um fenômeno, mas uma realidade irreversível e a nossa maior resposta ao projeto de apagamento do qual somos alvo.

Nossa atuação reafirma o compromisso inegociável de eleger pessoas trans, mulheres, pessoas negras e lideranças comprometidas com um campo verdadeiramente democrático, progressista e popular — um campo que não vacile diante do fascismo e que jamais atue para fragilizar conquistas ou relativizar existências. Entendemos que os partidos políticos devem ser meios de organização e viabilização, e não fins em si mesmos. As diretrizes e os rumos da transformação social virão sempre dos movimentos sociais e populares. Cargos e mandatos passam, mas a luta e a força dos movimentos permanecem.

Exigimos dos órgãos eleitorais, do sistema de justiça, dos partidos e das forças de segurança pública o cumprimento de seu papel na proteção e na garantia do pleno exercício dos mandatos e campanhas de pessoas trans. Não aceitaremos a impunidade nem a omissão diante da violência política.

Defendemos uma agenda antirracista, anticapitalista e visceralmente progressista. Reafirmamos a defesa do Estado laico como pilar inegociável da democracia, a proteção das

eleições democráticas e a plena confiança nas urnas eletrônicas. Rejeitamos o fundamentalismo religioso e a crescente militarização da política e dos territórios. É urgente reestabelecer e avançar na pauta legislativa com estratégias que assegurem nossos direitos de forma definitiva.

Aprendemos a fazer política na prática. A cada ano, lançamos mais candidaturas e elegemos representantes legitimamente comprometidas com as nossas vidas. Celebramos a coragem e a ousadia de cada pessoa trans que apresentou seu nome conhecendo os desafios imensos impostos por um sistema eleitoral desigual. O processo de disputa fortalece nossas bases e impulsiona novos voos: vitórias nas urnas são passos fundamentais, mas a luta pela emancipação humana continua em todos os espaços.

Convidamos a sociedade brasileira, as organizações parceiras e o campo democrático a conhecerem a Agenda Nacional TransPolítica 2036 — uma construção coletiva de diretrizes para políticas públicas que visam assegurar a cidadania, a dignidade e os direitos fundamentais das pessoas trans.

Relatório do perfil das candidaturas Trans em 2026

O presente relatório consolida o monitoramento das candidaturas trans e travestis acompanhadas pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), reafirmando o compromisso histórico da instituição com a transparência, a defesa dos direitos humanos e o fortalecimento da democracia brasileira.

Desde 2014, a ANTRA realiza de forma pioneira o mapeamento das candidaturas de travestis, mulheres trans, homens trans, pessoas transmasculinas e pessoas não binárias no país. A cada pleito eleitoral, enfrentamos novos desafios analíticos, tecnológicos e institucionais. Nesse percurso, desde 2020, celebramos a atuação conjunta desenvolvida em parceria com o **VoteLGBT**, com quem mantemos um trabalho contínuo de estreitamento e aprimoramento metodológico para aprofundar as pesquisas sobre a participação eleitoral da população LGBTQIA+.

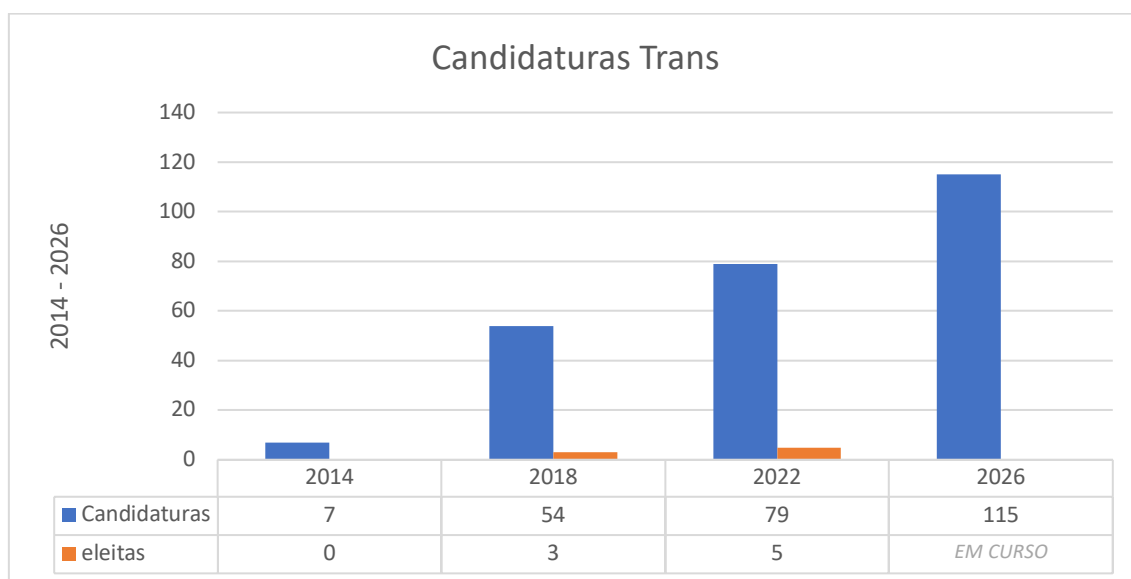
Destaca-se também o orgulho da ANTRA em ter integrado o Grupo de Trabalho e constituído junto a Fundação Getúlio Vargas, responsável por subsidiar a resolução que atualizou o Cadastro Eleitoral junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), uma conquista fruto de uma luta permanente pelo aperfeiçoamento dos sistemas de informação da Justiça Eleitoral e pela garantia da correta identificação da população trans.

SUMÁRIO

1. Evolução Histórica das Candidaturas e Mandatos Trans (2014–2026)
 2. Mapeamento das Candidaturas em 2026
 3. Cargos Disputados
 4. Distribuição por Espectro Político-Partidário
 - 4.1. *Resumo do Espectro Político*
 - 4.2. *Detalhamento dos Agrupamentos Partidários*
 5. Identidade de Gênero
 6. Orientação Sexual
 7. Raça/Cor e Pertencimento Quilombola
 8. Faixa Etária
 9. Escolaridade
 10. Distribuição Territorial por Região e Estado
 - 10.1. *Distribuição Territorial por Região*
 - 10.2. *Distribuição por Estado (Unidades da Federação)*
 - 10.3. *Principais Destaques da Análise Territorial*
 11. Síntese do Perfil das Candidaturas
 12. Recomendações para Aprimoramento da Transparência, Gestão de Dados e Representatividade Eleitoral
- ANEXO I – Lista Das Candidaturas

1. Evolução das Candidaturas e Mandatos Trans (2014–2026)

O resgate histórico da série temporal do monitoramento da ANTRA explicita a trajetória de consolidação da representatividade trans na política institucional brasileira. Em 4 pleitos (12 anos), o número de candidaturas saltou de apenas 7 em 2014 para 115 em 2026, representando um **crescimento acumulado de 1.540%**.



Em 2014, ano que marcou o início do monitoramento sistemático pela ANTRA, foram registradas apenas 7 candidaturas trans em todo o país. O pleito evidenciou um cenário de extrema invisibilidade e barreiras na política institucional, resultando em nenhuma candidatura eleita. Em 2018, período pós-golpe e ascensão de agendas antigênero no cenário político, o movimento registrou um salto significativo com 54 candidaturas mapeadas, o que representou um expressivo crescimento de 671,4% (um acréscimo de 47 candidaturas em relação ao pleito anterior). Esse avanço traduziu-se na conquista de 3 mandatos, sendo a 1ª deputada estadual eleita no país - Erica Malunguinho (SP) e 2 co-deputadas – Robeyoncé Lima (PE) e Erika Hilton (SP) integrantes de mandatos coletivos.

Em 2022, a trajetória ascendente se consolidou com 79 candidaturas, registrando uma variação positiva de 46,3% (+25 candidaturas em relação a 2018). O pleito culminou na eleição

de 5 candidaturas, marco histórico impulsionado pela chegada das 2 primeiras deputadas federais trans do Brasil – Erika Hilton (SP) e Duda Salabert (MG), ao Congresso Nacional, além de 2 deputadas estaduais – Linda Brasil (SE) e Dani Balbi (RJ) e 1 co-deputada em mandato coletivo – Carolina Iara (SP).

Em 2026, o mapeamento alcançou o recorde de 115 candidaturas, representando uma alta de 45,6% (+36 candidaturas em relação a 2022). Com a consolidação da presença da população trans no debate político, os mandatos obtidos seguem em definição no pleito atual.

2. Candidaturas em 2026

O levantamento reúne informações sobre **115 candidaturas trans**, considerando cargo disputado, gênero, orientação sexual, raça/cor, pertencimento quilombola, faixa etária e escolaridade. Os dados permitem identificar características demográficas e sociais das candidaturas e observar a diversidade existente entre as pessoas trans que disputam espaços de representação política.

Diferente do número de 107 pessoas autodeclaradas trans que havia sido publicado pelo TSE, encontramos algumas divergências em relação à autodeclaração de gênero: pelo menos nove homens cisgêneros fizeram declaração enquanto transgêneros, enquanto outras quatro pessoas solicitaram o uso do nome social, direito assegurado às pessoas trans. Encontramos, ainda, pessoas trans que não declararam sua identidade de gênero como trans no cadastro eleitoral. Essas divergências demonstram os limites de uma análise baseada exclusivamente nos dados administrativos oficiais e reforçam a importância do trabalho de monitoramento constante e de contraste realizado pela sociedade civil.

Importante destacar que, nesta pesquisa, foram considerados tanto os dados divulgados pelo TSE quanto informações obtidas por meio de buscas nas redes sociais, grupos de WhatsApp e perfis em outras plataformas, metodologia que temos adotado nas últimas edições deste monitoramento. É possível, portanto, que haja alguma variação nos números, especialmente porque identificamos pelo menos três pessoas que optaram por não informar sua identidade de gênero e outras situações em que a identidade trans não foi declarada. No total, 57,3% se declararam cisgêneras, 42,2% não declararam a identidade de gênero e 0,5% se declarou transgênero.

3. Cargos disputados

Entre as 115 candidaturas analisadas, a maior parte concorre a cargos legislativos:

- **52 candidaturas** para deputada(o) federal;
- **60 candidaturas** para deputada(o) estadual;
- **2 candidaturas** para deputada(o) distrital;
- **1 candidatura** de pessoas NB para vice-governadore.

Em termos proporcionais, aproximadamente **45%** das candidaturas são para a Câmara dos Deputados e **52%** para as Assembleias Legislativas. As candidaturas a deputação distrital representam **2%**, enquanto a candidatura a vice-governador(a) corresponde a **1%**.

4. Distribuição por Espectro Político-Partidário

Para fins pedagógicos e analíticos, as siglas partidárias das 115 candidaturas foram consolidadas em cinco grupos do espectro político. Tendo sido identificados 20 partidos distintos. Conforme diretriz analítica, os registros vinculados à REDE e à Federação PSOL/REDE foram contabilizados de forma unificada no agrupamento do PSOL.

4.1 Resumo do Espectro Político¹

- **Esquerda: 63 candidaturas (54,78%)**
- **Centro-esquerda: 25 candidaturas (21,74%)**
- **Centro-direita: 13 candidaturas (11,30%)**
- **Centro: 11 candidaturas (9,57%)**
- **Direita / Extrema-direita: 3 candidaturas (2,61%)**

4.2 Detalhamento dos Agrupamentos Partidários

- **Esquerda (54,78% / 63 candidaturas):** Grupo de maior convergência das candidaturas mapeadas. É liderado pelo PSOL / Federação PSOL REDE, que reúne 42 candidaturas (36,52% — sendo 39 do PSOL e 3 da REDE), seguido pelo PT, com 17

¹ Levamos em consideração o alinhamento político dos partidos de acordo com o site Congresso em Foco. <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/direita-cresce-e-engole-o-centro-no-congressomais-fragmentado-da-historia/>

candidaturas (14,78%). Completa o bloco a presença da UP com 2 candidaturas (1,74%), PCdoB com 1 candidatura (0,87%) e PSTU com 1 candidatura (0,87%).

- **Centro-esquerda (21,74% / 25 candidaturas):** Segundo maior bloco representativo. É composto pelo PDT, com 14 candidaturas (12,17%), pelo PSB, com 9 candidaturas (7,83%), e pelo PV, com 2 candidaturas (1,74%).
- **Centro-direita (11,30% / 13 candidaturas):** Reúne candidaturas distribuídas majoritariamente no PSDB, com 7 candidaturas (6,09%), acompanhado por PP com 2 candidaturas (1,74%), UNIÃO com 2 candidaturas (1,74%), DEMOCRATA com 1 candidatura (0,87%) e PRD com 1 candidatura (0,87%).
- **Centro (9,57% / 11 candidaturas):** Composto pelo MDB, com 5 candidaturas (4,35%), AVANTE, com 3 candidaturas (2,61%), SOLIDARIEDADE, com 2 candidaturas (1,74%), e CIDADANIA, com 1 candidatura (0,87%).
- **Direita / Extrema-direita (2,61% / 3 candidaturas):** Menor fatia do mapeamento, formada pelo PL, com 2 candidaturas (1,74%), e pelo NOVO, com 1 candidatura (0,87%).

Em conjunto, PSOL (incluindo REDE), PT, PDT e PSB respondem por 82 candidaturas, ou 71,30% de todo o universo analisado. Isso evidencia uma concentração expressiva das candidaturas trans em partidos que historicamente apresentam maior abertura às pautas de direitos humanos, igualdade de gênero, diversidade sexual, combate ao racismo e políticas de inclusão.

Por outro lado, **27 candidaturas (23,48%) estão distribuídas entre partidos de centro, centro-direita e direita.** Há um nítido encolhimento sobre a presença de pessoas trans em partidos de direita e extrema-direita, embora sua presença ainda seja relevante. Esse dado é igualmente importante, pois demonstra que a presença de pessoas trans na disputa eleitoral não está completamente restrita ao campo progressista.

5. Identidade de Gênero

Dentre as 115 candidaturas analisadas, observa-se uma participação expressiva de mulheres trans e travestis, que somam 103 candidaturas e representam 89,57% do total. Os homens trans e pessoas transmasculinas correspondem a 7 candidaturas (6,09%), evidenciando

um espaço de representação em gradual expansão, porém ainda minoritário. Por fim, as pessoas não binárias (NB) registram 5 candidaturas (4,35%), consolidando a emergência e a busca por visibilidade de identidades não binárias no cenário político e eleitoral brasileiro.

NOTA: As principais divergências decorrem de mulheres trans que não retificaram os documentos e acabam declarando o gênero designado no nascimento, assim como há um apagamento das identidades não binárias que são levadas a escolher entre as opções disponíveis – masculino ou feminino.

6. Orientação sexual

A distribuição das candidaturas segundo orientação sexual apresenta significativa diversidade:

- **48 (41,74%) heterossexuais;**
- **34 (29,57%) optaram por não divulgar a orientação sexual;**
- **14 (12,17%) bissexuais;**
- **7 (6,09%) pansexuais;**
- **7 (6,09%) lésbicas;**
- **4 (3,48%) gays;**
- **1 (0,87%) assexual.**

Os dados também demonstram que uma parcela expressiva das candidaturas não informou sua orientação sexual, o que deve ser considerado na interpretação do conjunto.

7. Raça/cor

A dimensão racial revela uma distribuição bastante diversa entre as candidaturas:

- **45 (39,13%) se declararam pretas;**
- **34 (29,57%) pardas;**
- **34 (29,57%) brancas;**
- **2 (1,74%) indígenas.**

Consideradas conjuntamente, as candidaturas de pessoas **pretas e pardas somam 79 (69%)** do total. O dado evidencia a predominância de pessoas negras entre as candidaturas trans analisadas.

Pertencimento quilombola

Foram identificadas ainda **5 candidaturas (4,7%)** de pessoas que se declararam quilombolas. Essa informação acrescenta uma dimensão importante à caracterização da diversidade territorial, racial e comunitária das candidaturas.

8. Faixa etária

A distribuição das candidaturas por **faixa etária**, com base no total de **115 candidaturas** mapeadas, apresenta a seguinte configuração:

- **21 a 29 anos:** 13 candidaturas (**11,30%**);
- **30 a 39 anos:** 43 candidaturas (**37,39%**);
- **40 a 49 anos:** 38 candidaturas (**33,04%**);
- **50 a 59 anos:** 15 candidaturas (**13,04%**);
- **60 a 69 anos:** 6 candidaturas (**5,22%**).

A faixa de 30 a 39 anos concentra o maior número de candidaturas, seguida pela faixa de 40 a 49 anos. Juntas, essas duas faixas representam 81 candidaturas, ou **70,43%** do total.

Também merece destaque a presença de 21 candidaturas com 50 anos ou mais, correspondendo a **18,26%** do conjunto analisado.

9. Escolaridade

A distribuição das candidaturas segundo o **grau de instrução**, com base no total de **115 candidaturas** mapeadas, apresenta a seguinte configuração:

- **40 (34,78%)** possuem ensino médio completo;
- **40 (34,78%)** possuem ensino superior completo;
- **22 (19,13%)** possuem ensino superior incompleto;
- **5 (4,35%)** possuem ensino médio incompleto;

- **4 (3,48%)** possuem ensino fundamental incompleto;
- **2 (1,74%)** possuem ensino fundamental completo;
- **2 (1,74%)** declararam saber ler e escrever.

Considerando a formação superior, 62 candidaturas (**53,91%**) possuem ensino superior completo ou incompleto, possivelmente motivadas pelas políticas de cotas trans que têm proporcionado maior acesso à educação superior. Ao mesmo tempo, 53 (**46,09%**) apresentam escolaridade até o ensino médio completo ou inferior.

10. Distribuição territorial por região

A região **Sudeste** lidera o mapeamento com quase um terço do total, seguida de perto pelo **Nordeste** e pelo **Sul**. As regiões **Centro-Oeste** e **Norte** somadas representam pouco mais de 15% do total de candidaturas.

Região	Candidatur	Percentual (%)	Estados Integrantes
Sudeste	34	29,6%	SP (12), MG (11), RJ (7), ES (4)
Nordeste	32	27,8%	BA (10), CE (8), SE (4), AL (3), RN (3), MA (2), PB (1), PE (1)
Sul	29	25,2%	RS (12), SC (9), PR (8)
Centro-Oeste	14	12,2%	GO (7), MT (3), DF (2), MS (2)
Norte	6	5,2%	AM (3), AP (1), PA (1), TO (1)

10.1 Distribuição por Estado (Unidades da Federação)

Dos 27 entes federativos, **23 Unidades da Federação** possuem ao menos uma candidatura registrada no levantamento (apenas AC, PI, RO e RR não registraram candidaturas nesta listagem). Três estados empatam na liderança nacional com **11 candidaturas (10,48%)** cada: **Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo**.

Posição	Estado (UF)	Região	Candidaturas	Percentual (%)
1º	Minas Gerais (MG)	Sudeste	11	10,48%
	Rio Grande do Sul (RS)	Sul	11	10,48%
	São Paulo (SP)	Sudeste	11	10,48%
4º	Bahia (BA)	Nordeste	9	8,57%
5º	Paraná (PR)	Sul	8	7,62%
	Santa Catarina (SC)	Sul	8	7,62%
7º	Ceará (CE)	Nordeste	7	6,67%
	Rio de Janeiro (RJ)	Sudeste	7	6,67%
9º	Espírito Santo (ES)	Sudeste	4	3,81%
	Goiás (GO)	Centro-Oeste	3	3,81%
11º	Alagoas (AL)	Nordeste	3	2,86%
	Amazonas (AM)	Norte	3	2,86%
	Rio Grande do Norte (RN)	Nordeste	3	2,86%
	Sergipe (SE)	Nordeste	4	2,86%
15º	Distrito Federal (DF)	Centro-Oeste	2	1,90%
	Maranhão (MA)	Nordeste	2	1,90%
	Mato Grosso (MT)	Centro-Oeste	3	1,90%
	Mato Grosso do Sul (MS)	Centro-Oeste	2	1,90%

Posição	Estado (UF)	Região	Candidaturas	Percentual (%)
19º	Amapá (AP)	Norte	1	0,95%
	Pará (PA)	Norte	1	0,95%
	Paraíba (PB)	Nordeste	1	0,95%
	Pernambuco (PE)	Nordeste	1	0,95%
	Tocantins (TO)	Norte	1	0,95%

Principais Destaques da Análise Territorial

Volume Expressivo no Sul do País: A região Sul chama a atenção ao concentrar **25,71% (27 candidaturas)** do total nacional, apresentando números elevados nos três estados (RS com 11, PR e SC com 8 cada), superando proporcionalmente regiões com maior densidade populacional.

Capilaridade no Nordeste: É a região com a maior quantidade de Unidades da Federação com candidaturas ativas (8 estados), com protagonismo para a **Bahia (9 candidaturas)** e o **Ceará (7 candidaturas)**.

11. Síntese do perfil

O conjunto das **115 candidaturas trans** apresenta um perfil marcado pela diversidade e por algumas características predominantemente consolidadas. A quase totalidade concorre a cargos de deputação estadual ou federal, e **89,6%** são candidaturas de pessoas que se identificam com o gênero feminino (mulheres trans e travestis).

Do ponto de vista racial, **68,7%** das candidaturas são de pessoas pretas ou pardas (79 candidaturas), enquanto **29,6%** são de pessoas brancas (34 candidaturas) e **1,7%** de pessoas indígenas (2 candidaturas). Há ainda a presença de candidaturas de pessoas pertencentes a comunidades quilombolas.

Quanto à idade, as candidaturas estão fortemente concentradas na faixa entre 30 e 49 anos, que corresponde a **70,4%** do total (81 candidaturas). Em relação à escolaridade, observa-

se uma presença significativa de pessoas com formação acadêmica: mais da metade (**53,9%**, correspondendo a 62 candidaturas) possui ensino superior completo ou incompleto.

O principal dado revelado pelo levantamento é a forte concentração das candidaturas trans no campo progressista. Das 115 candidaturas analisadas, 88 estão filiadas a partidos classificados como de esquerda ou centro-esquerda, correspondendo a **76,5%** do total. Na distribuição geográfica, a região Sul chama a atenção ao concentrar **25,22%** (29 candidaturas) do total nacional.

Por fim, o trabalho das entidades sociais é fundamental para complementar, qualificar e, em muitos casos, revelar dimensões e limites que os dados produzidos pelo Estado ainda não conseguem alcançar. A ANTRA tem sido pioneira nesse esforço, utilizando, ao longo dos anos, metodologias diversas de monitoramento e levantamento de informações sobre a população trans, inclusive no campo da participação política e eleitoral. Esse trabalho de pesquisa e monitoramento precisa ser valorizado e celebrado, pois é justamente a atuação da sociedade civil que permite identificar candidaturas que poderiam permanecer invisibilizadas nos registros oficiais, contribuindo para uma compreensão mais precisa da presença e da participação de pessoas trans na política institucional. Sem esse esforço contínuo de busca, cruzamento e verificação de informações, parte significativa dessas candidaturas provavelmente não seria identificada ou contabilizada.

Os dados, portanto, revelam um cenário de ampla diversidade dentro da representação política trans, atravessado por marcadores de gênero, raça, sexualidade, idade, pertencimento comunitário e escolaridade. Ao mesmo tempo, a predominância de mulheres trans e travestis, de pessoas negras e de candidaturas situadas na faixa dos 30 aos 49 anos constitui a característica central do conjunto analisado.

12. Recomendações para Aprimoramento da Transparência, Gestão de Dados e Representatividade Eleitoral

1. Garantia da Inclusão de Mulheres Trans e Travestis na Cota Eleitoral Feminina

Assegurar o cumprimento e a consolidação do entendimento jurídico de que mulheres trans e travestis integram formalmente a cota mínima de 30% de candidaturas por gênero. Sob a perspectiva de gênero, a identidade autodeterminada deve ser o critério orientador para o preenchimento da cota e para o repasse proporcional do Fundo Eleitoral e do tempo de propaganda, coibindo manobras partidárias que tentem invisibilizar ou excluir essas candidaturas.

2. Revisão da Resolução do Cadastro Eleitoral e Modernização dos Campos de Identificação

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deve atualizar a Resolução que rege o Cadastro Eleitoral e os formulários de registro de candidaturas para incluir campos específicos e detalhados de **Nome Social**, **Identidade de Gênero** (com as opções expressas: *Travesti e Mulher Trans*, *Homem Trans* e *Pessoa Transmasculina*, *Pessoa Não Binária*), **Orientação Sexual** e **Condição de Pessoa Intersexo**. Essa mudança deve ser estendida também ao Cadastro Geral de Eleitores, qualificando a leitura demográfica da cidadania no país.

3. Formação Interna das Equipes do TSE e Qualificação dos Sistemas de Dados

Promover programas permanentes de capacitação e letramento em diversidade e gênero para os quadros internos da Justiça Eleitoral, equipes de TI e servidores dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs). A formação contínua é indispensável para eliminar interpretações equivocadas, refinar a arquitetura de dados e garantir a correta aplicação das diretrizes de registro e checagem de autodeclarações.

4. Implementação de Mecanismos de Filtro e Validação contra Registros Fraudulentos

Aprimorar os mecanismos de validação nos sistemas de candidatura para conter o uso indevido do nome social e da autodeclaração trans por pessoas cisgêneras. A exigência de

confirmação declaratória e a criação de travas de segurança reduzem distorções estatísticas e protegem a integridade das políticas afirmativas e dos dados oficiais.

5. Preenchimento Obrigatório dos Campos de Identidade de Gênero e Orientação Sexual

Tornar obrigatória a declaração dos marcadores de identidade de gênero e orientação sexual no registro de candidatura na plataforma DivulgaCandContas. A permissão de campos "não informados" ou em branco oculta a real dimensão da diversidade e limita a produção de pesquisas acadêmicas e diagnósticos da sociedade civil.

6. Publicidade e Transparência da Lista de Candidaturas Autodeclaradas Trans

Criar um mecanismo de consulta pública centralizada no portal do TSE para a listagem das candidaturas autodeclaradas trans, nos mesmos moldes da relação de nomes sociais. A medida confere visibilidade, orienta o eleitorado e supera as barreiras de localização dessas candidaturas no sistema.

7. Reformulação da Usabilidade e da Navegação na Plataforma DivulgaCandContas

Corrigir as falhas de arquitetura da plataforma de divulgação do TSE, garantindo que o sistema registre o histórico e os filtros de navegação (por estado, cargo e partido) ao retornar às páginas anteriores. A usabilidade fluida evita o recarregamento manual repetitivo e assegura o pleno exercício do direito de acesso à informação pública.

8. Protocolos de Proteção e Combate à Violência Política de Gênero e Transfobia

Estabelecer diretrizes e fluxos prioritários no Ministério Público Eleitoral e na Justiça Eleitoral para o recebimento de denúncias, apuração ágil e proteção de candidaturas trans diante de agressões, discursos de ódio e episódios de violência política de gênero durante o período eleitoral.

9. Compromisso Partidário com Financiamento Equitativo e Formação Política

Estabelecer medidas para que os partidos políticos garantam a distribuição justa do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do tempo de TV para candidaturas

trans, além de promoverem formações políticas contínuas por meio de suas fundações para fortalecer a competitividade e a viabilidade eleitoral dessas lideranças.

10. Cooperação Técnica Permanente entre a Justiça Eleitoral e a Sociedade Civil

Formalizar acordos de cooperação técnica e redes de monitoramento entre a Justiça Eleitoral, universidades, centro de pesquisas e organizações da sociedade civil especializadas no monitoramento eleitoral (como a ANTRA, VoteLGBT e outras). A articulação conjunta viabiliza a auditoria cidadã, a validação cruzada dos dados e o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas de participação política no Brasil.

Brasília, 18 de agosto de 2026.

BRUNA BENEVIDES

Presidenta da ANTRA

Autora da Pesquisa 2026 sobre candidaturas trans

Anexo I - Lista das Candidaturas (em ordem alfabética dos estados)

NÚMERO	NOME	UF	PARTIDO	CARGO
77333	CAMILLE COSTA	AL	SOLIDARIEDADE	ESTADUAL
15015	CRIS DE MADRI	AL	MDB	ESTADUAL
11100	PAOLLA VASCONCELOS	AL	PP	ESTADUAL
40222	KATRYNA BERNARDO	AM	PSB	ESTADUAL
5050	ALEX SOUZA	AM	PSOL	FEDERAL
18	LEO BALBI	AM	PSOL	VICE-GOVERNADOR
5013	RAMONA MATARAZZO	AP	PSOL	FEDERAL
40124	CAMILA PARKER	BA	PSB	ESTADUAL
43069	KEITY BRASIL	BA	PV	ESTADUAL
50437	LORENZO ALMEIDA	BA	PSOL	ESTADUAL
12224	THEDY SILVA (ROSY SILVA)	BA	PDT	ESTADUAL
4567	DUDA DE ALAN SANTOS	BA	PSDB	FEDERAL
5080	GABRIELLA BORGES	BA	PSOL	FEDERAL
4424	LEO KRET	BA	UNIÃO	FEDERAL
4540	LUANA DO BRASIL	BA	PSDB	FEDERAL
4074	MANUELLA TYLER	BA	PSB	FEDERAL
5077	SENHORA MAR	BA	PSOL	FEDERAL
45125	ANDREA ROSSATI	CE	PSDB	ESTADUAL
13220	LUANA VALIM	CE	PT	ESTADUAL
13180	MAYA ELIZ	CE	PT	ESTADUAL
12777	SAMANTHA JOYCE	CE	PDT	ESTADUAL
50123	SANE	CE	PSOL	ESTADUAL
5000	ANGELA ABUK	CE	PSOL	FEDERAL
5024	NAYLA SILVA	CE	PSOL	FEDERAL
8080	SUED CARVALHO	CE	UP	FEDERAL
35333	ESTEFFANY	DF	DEMOCRATA	DEPUTADO DISTRITAL
50700	MADU KRASNY	DF	PSOL	DEPUTADO DISTRITAL
50316	CLAUDILE SABINO	ES	PSOL	ESTADUAL
40239	JULIO DOFONO TYOYA	ES	PSB	ESTADUAL
45111	MARKETY DO POVO	ES	PSDB	ESTADUAL
50192	MICHELLE VIANA	ES	PSOL	ESTADUAL
50500	AMANDA COSTA	GO	PSOL	ESTADUAL
50555	KETLHYN DOS SANTOS	GO	PSOL	ESTADUAL
30200	LANA MOREIRA	GO	NOVO	ESTADUAL
5055	MARIA VERONICA	GO	PSOL	ESTADUAL
13310	TERAPEUTA ARIEL LUZ	GO	PT	ESTADUAL
5024	BARBARA BOMBOM	GO	PSOL	FEDERAL
5013	THAIS CASTRO	GO	PSOL	FEDERAL
13024	PAMELA MARANHÃO	MA	PT	ESTADUAL

1367	RAFAELA MARIA	MA	PT	FEDERAL
70999	HILDA MARIA CRUZ	MG	AVANTE	ESTADUAL
50111	JUHLIA SANTOS	MG	PSOL	ESTADUAL
50000	MALLU ALMEIDA	MG	PSOL	ESTADUAL
12006	VANUSA DE CASSIA	MG	PDT	ESTADUAL
5050	DUDA SALABERT	MG	PSOL	FEDERAL
5020	EVELLYN LOREN	MG	PSOL	FEDERAL
4505	GILVAN MASFERRER	MG	PSDB	FEDERAL
1124	LEONORA ROSA	MG	PP	FEDERAL
4069	RUBIA MIRANDA	MG	PSB	FEDERAL
7720	TATÁ BRACHO	MG	SOLIDARIEDADE	FEDERAL
1330	TITIA CHIBA	MG	PT	FEDERAL
1221	BRUNA RIQUELME	MS	PDT	FEDERAL
5077	LAHUANNY OLIVEIRA	MS	PSOL	FEDERAL
12952	NENE	MT	PDT	ESTADUAL
5000	ADRIANA LIARIO	MT	PSOL	FEDERAL
5070	MÃE KAKA GARCIA DO PSOL	MT	PSOL	FEDERAL
5070	NICOLAS - BANCADA TRANSFORMAR	PA	PSOL	FEDERAL
1303	GABI BENVENUTTY	PB	PT	FEDERAL
1800	CARLA FELIX	PE	REDE	FEDERAL
18999	MÃE DANNY	PR	REDE	ESTADUAL
12111	MARCIA SANTOS	PR	PDT	ESTADUAL
12100	PAOLA REIS	PR	PDT	ESTADUAL
13555	STHEFANNY BELTHENCOOR	PR	PT	ESTADUAL
5015	BERNNA WANESSA	PR	PSOL	FEDERAL
1213	BIANCA SOARES	PR	PDT	FEDERAL
1324	CAROL SILVA	PR	PT	FEDERAL
1211	LEONNA MORIALE	PR	PDT	FEDERAL
40209	ALEXXA	RJ	PSB	ESTADUAL
65123	DANI BALBI	RJ	PCDOB	ESTADUAL
13169	INDIANARAE SIQUEIRA	RJ	PT	ESTADUAL
1350	BENNY BRIOLY	RJ	PT	FEDERAL
1375	DANI NUNES	RJ	PT	FEDERAL
4044	DARLA MUNIZ	RJ	PSB	FEDERAL
4469	SONINHA DE QUINTINO	RJ	UNIÃO	FEDERAL
50024	JESSICA ELIAS	RN	PSOL	ESTADUAL
16123	TIAGO SILVA	RN	PSTU	ESTADUAL
4343	THABATTA PIMENTA	RN	PV	FEDERAL
23303	CAMILA RODRIGUES	RS	CIDADANIA	ESTADUAL
13300	ERICKA OLIVEIRA	RS	PT	ESTADUAL
80000	EVERALDO OLIVEIRA	RS	UP	ESTADUAL
50570	FABY GOMES	RS	PSOL	ESTADUAL
13100	NATASHA	RS	PT	ESTADUAL
15211	YASMIN PRESTES	RS	MDB	ESTADUAL

22232	YOYO PANDA ²	RS	PL	ESTADUAL
5001	ATENA BEAUVOIR	RS	PSOL	FEDERAL
4513	FABIELLY KLIMBERG	RS	PSDB	FEDERAL
2598	JUNYARA A VOZ DO POVO	RS	PRD	FEDERAL
1213	MARCELA MEIRELLES	RS	PDT	FEDERAL
5005	RAFAEL PERLASCA	RS	PSOL	FEDERAL
50044	AGHATA BRAUN	SC	PSOL	ESTADUAL
50505	DOUGLAS MERIZ	SC	PSOL	ESTADUAL
50096	JÔ MARQUEZ	SC	PSOL	ESTADUAL
12180	MARIANA FRANCO	SC	PDT	ESTADUAL
7007	ANGEL	SC	AVANTE	FEDERAL
5008	BIA ALVES	SC	PSOL	FEDERAL
1303	LIROUS K'YO	SC	PT	FEDERAL
5075	MIRÊ CHAGAS	SC	PSOL	FEDERAL
7013	SABRINA CONCEICAO	SC	AVANTE	FEDERAL
50180	LINDA BRASIL	SE	PSOL	ESTADUAL
15700	MARILU	SE	MDB	ESTADUAL
15139	ROSA REIS	SE	MDB	ESTADUAL
4013	TATHIANE ARAUJO	SE	PSB	FEDERAL
13013	ISABELLY CARVALHO	SP	PT	ESTADUAL
40969	IYÁ FERNANDA DE MORAES	SP	PSB	ESTADUAL
12987	LILIAN BONFIM	SP	PDT	ESTADUAL
13913	NEON CUNHA	SP	PT	ESTADUAL
50666	REVEYUX LIMA	SP	PSOL	ESTADUAL
12025	SAMANTHA DA ASSISTÊNCIA	SP	PDT	ESTADUAL
50700	SOFIA FAVERO	SP	PSOL	ESTADUAL
15057	THUANE DURAN	SP	MDB	ESTADUAL
1822	ALEPH HILLZ	SP	REDE	FEDERAL
5070	ERIKA HILTON	SP	PSOL	FEDERAL
1282	RAAFA ENGUE	SP	PDT	FEDERAL
2275	SOPHIA BARCLAY	SP	PL	FEDERAL
45124	FELICIA UCHOA	TO	PSDB	ESTADUAL

Atualizado em 18 de agosto de 2026.

² Candidatura que não declarou a identidade trans, não solicitou o uso de nome social e registrou o gênero designado no nascimento no cadastro eleitoral do TSE.